RURAL URBANO revista científica>
UFPE UFRPE
WWW.REVISTA.UFPE.BR/RURALURBANO/INDEX.PHP/RURALURBANO/INDEX

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ECONÔMICO NO SUL DE PORTUGAL: A REGIÃO ALENTEJANA E O DISTRITO DE BEJA

REGIONAL AND ECONOMIC DEVELOPMENT IN SOUTHERN PORTUGAL: THE ALENTEJO REGION AND THE DISTRICT OF BEJA

Recebido em 25 de março de 2018

Aceito em 26 de setembro de 2018

Paul Clívilan Firmino

paul_clivilan@hotmail.com

Resumo

As regiões portuguesas constituem-se divisões importantes na análise do desenvolvimento regional e econômico, apresentando funções relevantes graças as suas particularidades. O objetivo é entender o desenvolvimento regional e econômico do Distrito de Beja, localizado na Sub-região Baixo Alentejo na Região Alentejo de Portugal. Cabe fazer referência entre Litoral/Interior, oposição mais forte no País no que se refere às questões regionais e econômicas; evidenciar o papel das feiras na economia da referida região e investigar as principais atividades econômicas desenvolvidas no Interior Sul de Portugal. Para tanto, centra-se numa investigação histórica e da realidade atual, trazendo noções de industrialização, comércio, feira e serviços, a partir da construção de referencial teórico a respeito do tema proposto, bem como o uso de dados e informações de órgãos oficias e das constatações empíricas feitas na área de estudo. Evidencia-se assim, que o Interior Sul do país possui cidades de destaques, centros econômicos dinâmicos relevantes, com crescimento visto em toda região ao seu entorno.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Centralidade; Dinamismo; Alentejo; Beja

Abstract

The Portuguese regions are important divisions in the analysis of regional and economic development, presenting relevant functions thanks to their particularities. The objective is to understand the regional and economic development of the Beja District, located in the Baixo Alentejo Sub-region, in the Alentejo region. It is necessary to refer to coastline/countryside, the strongest opposition in the country refering to regional and economic issues; reveal the role of the fairs in the region's economy; investigate the main economic activities developed in the Interior South of Portugal. To that end, it focuses on historical research and current reality, bringing notions of industrialization, trade, fair and services, based on the construction of a theoretical reference on the proposed theme, as well as the use of data and information from official and of the empirical findings made in the study area. It can be seen that the interior south of the country has outstanding cities, relevant dynamic economic centers, with growth seen in every region around it.

Keywords: Development; Centrality; Dynamism; Alentejo; Beja.

Primeiros Apontamentos

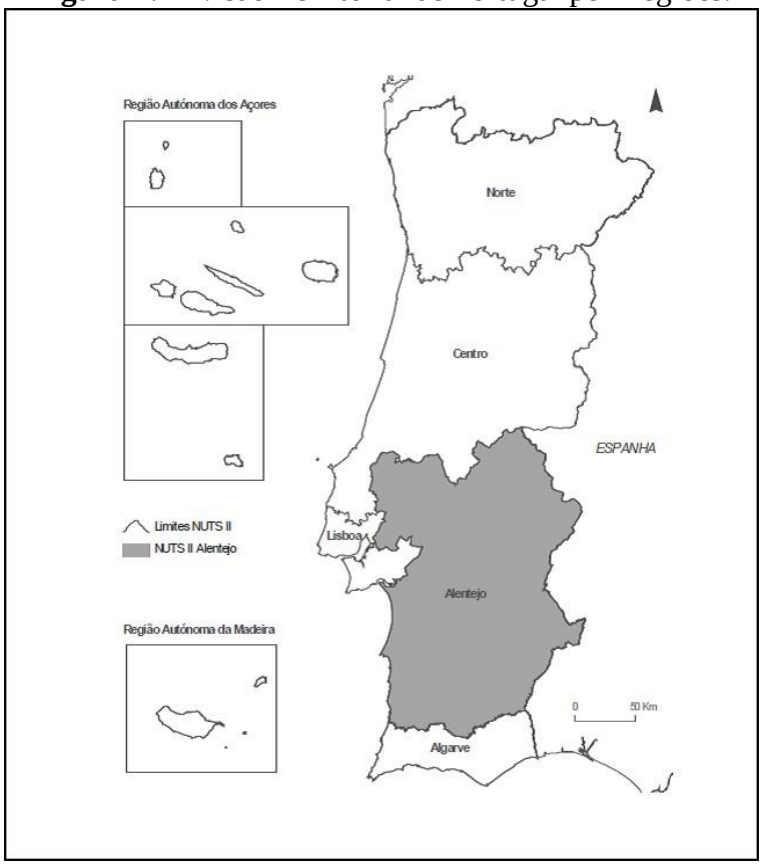
Portugal, com uma localização de destaque, desenvolveu-se alargando seus laços com os diversos países e regiões, vendendo "nos mercados da Europa os mais variados tipos de produtos adquiridos nas colônias, com meios de intermediações comerciais externos a sociedade e a própria economia" (FIRMINO, 2015, p. 72). É um país que apresenta contrastes nas suas várias regiões, possuindo características de suma importância tanto no que se refere à economia, à cultura, como aos aspectos sociais, entre outros. As divisões regionais pelas quais o território português tem passado refletem as interpretações por parte daqueles envolvidos em determinadas análises. Assim, estão postas, não apenas contribuições de divisões como as de Ribeiro (1970)[1] – "Norte Atlântico", "Norte Transmontano" e "Sul" –, como também a divisão Litoral/Interior, mostrando, conforme Alegria [*et al*] (1990) que essas divisões traduzem diversas interpretações e resultam de objetivos diferenciados, tanto de quem as produz como de quem as utiliza.

Diante das especificidades regionais, o Anuário Estatístico da Região Alentejo/AERA (2013) considera: *Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autônoma dos Açores e Região Autônoma da Madeira,* a divisão territorial oficial do País por região, conforme apresenta a figura 1.

Em cada uma destas regiões, por sua vez, existem destaques de cidades com uma posição de centralidade em relação às outras no seu entorno. Barreto (2011, p.713), reitera que algumas "localizações baseadas numa lógica de fluxos (pessoas, veículos, trocas econômicas...) em torno do comércio de grande distribuição, têm a capacidade de agregar diversos serviços e equipamentos". Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar o desenvolvimento regional e econômico do Distrito de Beja, localizado de acordo com a figura 2, na Sub-região do Baixo Alentejo na Região Alentejo de Portugal.

[1] Todas as referências de autor/a de Portugal permanecem com a mesma escrita do original.

Figura 1: Divisão Territorial de Portugal por Regiões.

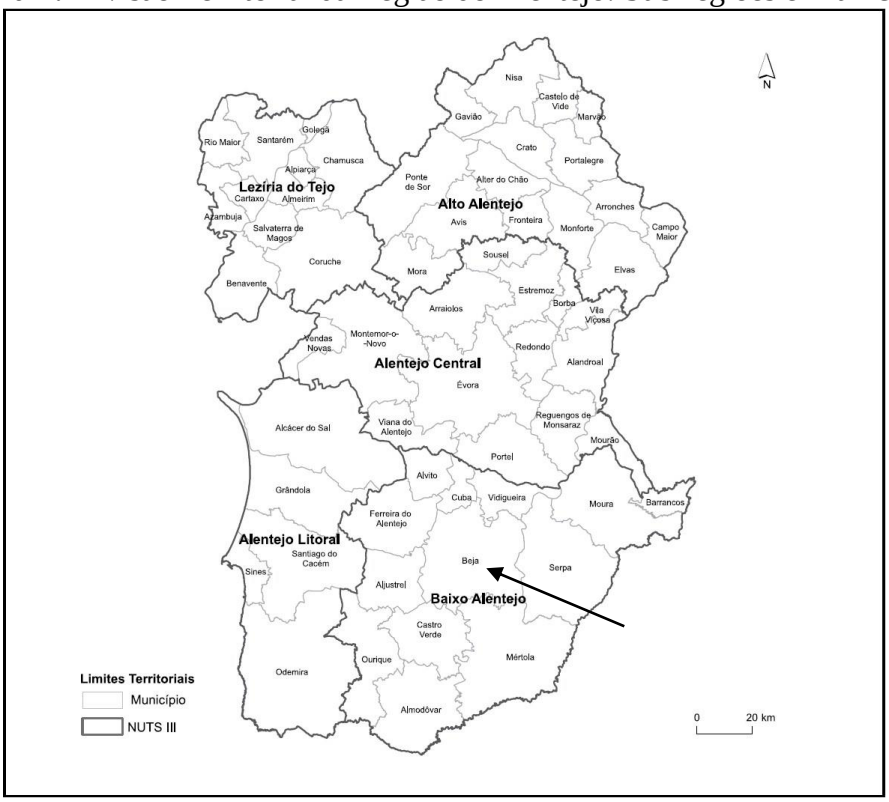


Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo 2012. Edição 2013.
Instituto Nacional de Estatística – INE.

Pensar no desenvolvimento regional e econômico do Distrito de Beja e sua respectiva região, dos últimos decênios do século XX e neste limiar de século XXI, remete ao entendimento do terceiro meio geográfico[2], o meio técnico-científico informacional (SANTOS, [1994] 2008) e como este se torna peça fundamental no processo de globalização.

[2] Segundo a proposição de Santos ([1994] 2008, p. 48) esse terceiro meio geográfico, precedido pelo meio natural e o meio técnico-científico, "tem uma substância científico-tecnológico-informacional. Não é nem meio natural nem meio técnico. A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participa da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais). É a cientificização e a tecnicização da paisagem. É também a informatização, ou antes, a informacionalização do espaço".

Figura 2: Divisão Territorial da Região do Alentejo: Sub-regiões e Municípios



Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo 2012. Edição 2013.
Instituto Nacional de Estatística – INE.

A crescente incorporação de tecnologias mais avançadas, ciência de ponta e informações mais precisas, responsáveis por subsidiar as transformações, elevando os níveis de produtividade e rendimento a um número limitado de atores, contradiz, conforme Pochmann (2001, p. 08), a propaganda oficial do processo em curso, mostrando que "[...] a globalização não vem produzindo um mundo mais homogêneo, com melhor repartição de riqueza, produção, trabalho e poder", mas sim, surgindo e se impondo para a maior parte da humanidade como uma fábrica de perversidades (SANTOS, 2008).

A globalização tem sua gênese na década de 1970 mediante afirmação da emergência da produção "e do exponencial aumento dos fluxos materiais e informacionais, decorrente da gradativa mundialização da produção, da prestação de serviços e do consumo, pelo menos para alguns setores e circuitos econômicos" (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 19). Assim, ela passa a atender diretamente aos anseios e ditames dos atores hegemônicos da economia, com

introdução no território nacional de normas, regras e interesses de uma economia internacional, global, revelando uma sobreposição das relações verticais sobre as horizontais (SANTOS, [1996] 2008), contribuindo para aprofundar as disparidades regionais, concentrando atividades mais rentáveis e dinâmicas em regiões e lugares escolhidos seletiva e previamente e equipados para receberem os signos do processo em curso.

Destarte, pensando no objetivo desta investigação pode-se perceber que toda costa litorânea portuguesa, especialmente na região do Algarve e Lisboa estão os pontos de maiores concentrações: população, emprego, indústria, comércio, serviço, turismo urbano etc. Paralelamente, tem-se no interior, com exceção de algumas áreas, um número reduzido ou até mesmo ausência dessas atividades, sendo perceptível conforme aponta Claudino (2006, p. 118) que "o Continente é crescentemente marcado por contrastes de desenvolvimento e os desafios que se colocam às populações de um interior despovoado são distintos dos que surgem nas áreas cada vez mais urbanizadas do litoral". Assim, certas atividades agrícolas, como a cultura da azeitona, da uva e, seu respectivo processo industrial, como forte da economia alentejana e, que contribui para o desenvolvimento da região, precisa ser tratado com mais seriedade e investimentos. Diante disto, afirma Lencioni (2015, p. 27), que "outro dado importante para compreendermos a relação entre indústria e território, do ponto de vista do desenvolvimento regional, diz respeito ao padrão tecnológico da indústria nos diferentes lugares".

Na análise do desenvolvimento econômico e regional de Beja, não se pode deixar de mencionar o papel e a influência exercida pelas feiras, que têm grande importância economicamente[3]. Deve-se salientar que essas feiras não são como as de outrora, mas sim, feiras temáticas[4], que atraem um número surpreendente de pessoas que chegam para comprar, vender, fazer cursos ou mesmo só para conversar. Esse tipo de atividade possibilita maior movimentação e dinamicidade nos períodos de suas realizações. Para além das feiras, têm-se as iniciativas empresariais locais, mesmo que apareçam de formas tímidas e bem localizadas. Elas mostram que "a importância das pequenas e médias empresas, enquanto unidades de criação de empregos

[3] "Com efeito, se a vida econômica se acelera, à feira, relógio velho, não acompanha a nova aceleração; mas, se essa vida se desacelera, à feira recupera sua razão de ser" (BRAUDEL, 1998, p.76).
[4] Ver Azevedo (2011)

sempre foram vitais para o desenvolvimento de certas áreas do país, sobretudo daquelas onde a especialização produtiva está mais ligada aos ramos tradicionais" (VALE, 1991, p. 361).

A metodologia se baseou numa investigação histórica para entender o processo e a atual realidade socioeconômica de Beja, percebida como uma posição importante nos índices da Sub-região a qual pertence. Conforme Castells (2000), para uma cidade ocupar tal posição existe uma combinação de atividades econômicas, funções administrativas e políticas, prática social e representação coletiva, contribuindo para regular o conjunto da estrutura da cidade. Assim, é necessário atentar para os usos do território que fizeram e fazem a história do Alentejo, visto que "cada região não acolhe igualmente as modernizações nem seus atores dinâmicos, cristalizando usos antigos e aguardando novas nacionalidades" (SANTOS; SILVEIRA, 2010). Assim, nota-se a importância de entender os processos de mudanças mediante os novos sistemas de objetos e de ações em conjunto, de forma indissociável (SANTOS, [1996] 2008).

Trilhando por este caminho foi preciso também analisar as informações e dados do Instituto Nacional de Estatística/INE, Anuário Estatístico da Região do Alentejo – AERA, Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território/PNPOT, Proposta de Programa Operacional Regional do Alentejo/PPORA, entre outros. Por fim, e não menos importante, cita-se a empiria através do trabalho de campo. Portanto, é atrelado ao diálogo e a troca de ideias com moradores da área, de forma a conhecer quais suas características regionais particulares, que leva ao entendimento do seu processo de formação e desenvolvimento econômico e regional.

Litoral/Interior: Diferenciações no Desenvolvimento Regional e Econômico em Portugal

Segundo o AERA (2013), o Território português é constituído por 92.212,02 km^2, distribuídos em Continente (89.088,93 km^2) e duas Regiões Autônomas – Açores (2.321,96 km^2) e Madeira (801,12 km^2). Portugal é um país de média dimensão dentro da União Europeia – UE tanto em superfície como população[5]. A unidade Continente e as Regiões Autônomas constituem a chamada Nomenclatura das Unidades Territoriais I – NUT I, com fins estatísticos. A NUT II

[5] De acordo com uma listagem de países, disponível em http://europa.eu/about-eu/countries/index_pt.htm, Portugal é o 13º no que se refere a extensão territorial e o 12º em população (10.325,5 habitantes – 2016), de um total de 28 Estados-Membros da União Europeia (Bulgária e Roménia aderiram a UE em 2007 e a Croácia em 2013). Em 2017 apresentou um PIB de 193.072,0 milhões de euros representando 1,25% do PIB da UE ($ 15.330.010,9), segundo dados do site https://www.pordata.pt/Europa/Produto+Interno+Bruto+(Euro)-1786.

(apresentada na figura 1) é constituída pelas grandes regiões: *Norte (21.285,88 km^2), Centro (28.199,40 km^2), Lisboa (3.001,95 km^2), Alentejo (31.604,91 km^2) e Algarve (4.996,80 km^2).*

Essas divisões são relevantes para o entendimento da dinâmica das diversas funções presentes em cada uma. A análise do desenvolvimento regional e econômico de Portugal centrando-se principalmente no Interior Sul tenta evitar uma "leitura dicotómica de oposição entre o litoral moderno e desenvolvido e o interior tradicional e subdesenvolvido, sendo a realidade bem mais complexa" (AZEVEDO, 2011, p. 131), visto que apresentam características diferentes entre o norte litoral e o norte interior, das do sul litoral e o sul interior. Observa-se que "a problemática litoral/interior não deve ser abordada como uma dicotomia, mas antes como um desafio que exige uma melhor integração dos diferentes espaços na prossecução dos objetivos comuns e interdependentes da competitividade e da coesão territoriais" (PNPOT, 2007, p. 130).

No Norte, a predominância é da pequena propriedade e da policultura, maior densidade populacional, os laços entre os fatores humanos com a propriedade são mais fortes e intensos. No Sul as grandes aldeias e os montes distantes se sobressaem, com forte concentração fundiária da terra, caracterizando a área como de latifúndio, onde por muito tempo o que predominava era o cultivo do trigo. Para Carmo (2005, p. 71) "neste território generalizou-se o sistema de monocultura de cereais de sequeiro (principalmente o trigo)". Atrelado ao trigo tinham-se o milho e o centeio, que juntos contribuíram para a produção cerealífera portuguesa, relacionada diretamente com as temperaturas e com a pluviometria (GAMA; SANTOS, 2011).

No Interior as atividades agrícolas são relevantes para a economia portuguesa, fortalecidas com as políticas agrícolas da União Europeia, transformando a paisagem rural, com destaque para o Alentejo, onde a ocupação dos seus solos também deve-se a construção do empreendimento do Parque do Alqueva[6], potencializando "a reconversão do uso dos solos, de culturas de sequeiro para culturas de regadio, ou mesmo a passagem a regime de regadio de culturas tradicionais de sequeiro, como é o caso do olival" (VENTURA; ROXO 2011, p. 853).

[6] A referida barragem, com o apoio de outros cinco reservatórios tem várias funções: abastece cerca de 200.000 habitantes, viabiliza a agricultura, com uma área equipada de regadio de cerca de 120.000 hectares, uso da água para a indústria, para produção de energia limpa e para o turismo. O referido empreendimento poderá afirmar-se como polo de desenvolvimento regional com impactos econômicos positivos (SILVA, 2011).

O Litoral apresenta uma dinamicidade bem expressiva, com destaque no cenário político, no econômico, na atividade marítima e no comercial presente nessa extensa faixa, possibilitando desenvolvimento maior se comparado com o interior. Assim, segundo Vitorino (1996, p. 29) no interior "predomina ativos agrícolas, com desenvolvimento de actividades industriais no Litoral Norte e Centro, em alguns centros urbanos do Interior ou em áreas de transição; concentração de actividades terciárias nas áreas metropolitanas, no Algarve e em todos os centros urbanos".

No Litoral, o aumento e concentração da população se dão de forma bastante expressiva. Segundo PNPOT, 2018, a região de Lisboa e Vale do Tejo concentra 1/3 da população e um 1/8 da superfície do País, com PIB de 43% do total. Em contrapartida tem-se no Alentejo 4,7% dos habitantes, concentrado em quase 1/3 da superfície, 34,27% (31.604,91 km^2) da área total do país segundo dados estatísticos da Ficha Síntese – NUTS II (2014). Já em relação ao PIB para o ano de 2011 a região representava 6,54%, 11.526,10 milhões de euros dos $ 176.166,58 de Portugal.

Paralelamente a esse aumento e concentração populacional no Litoral, existe uma diminuição das populações em povoados do Interior, onde "se considerarmos a distribuição do volume populacional, verificamos que o país revela uma tipologia fortemente dualista: o litoral populoso *versus* uma extensa área interior com baixos níveis populacionais" (CARMO, 2006, p. 71). Assim, o recorte espacial analisado (Interior Sul de Portugal) apresenta uma baixa densidade demográfica, envelhecimento da população e explorações agrícolas de média e grande extensão.

Outro aspecto de destaque refere-se à atividade industrial, que ganha espaço a partir do século XX, concentrada no Litoral, com Lisboa ao Sul – desde cedo "se tornou o paralelo de referência, quer para a divisão do território (Norte e Sul; capital e província), quer para a definição da estrutura social" (GASPAR, 1993, p. 15) – e Porto ao Norte, com uma organização em sua maioria modesta, tanto na estrutura como no seu funcionamento, destacando as iniciativas de pequenas e médias empresas de empresariado local que almejava dar grandes saltos. Segundo Vale (1991, p. 363) "os padrões regionais de desenvolvimento industrial têm sido caracterizados pela litoralização da economia, com acentuação do peso das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto". Comungando das ideias de Alegria [*et al*] (1990, p. 19),

> Parece possível afirmar-se que, em termos gerais, o país é susceptível de ser dividido quanto aos aspectos em análise, em quatro grandes conjuntos, já que as

> taxas de emprego secundário são mais elevadas no litoral do que no interior, e no Norte do que no Sul. A primeira destas dicotomias permanece como a mais decisiva, associando-se a aspectos como a acessibilidade, o desenvolvimento de infraestruturas, a densidade da população, ou a dinâmica dos mercados locais.

Até meados dos anos 50 do século XX prevalecia em Portugal uma sociedade rural e uma concentração de terras nas mãos de poucos, que de acordo com as palavras de Medeiros (1978) vê-se um atraso da indústria, limitando-se a alguns ramos e beneficiando e protegendo certas iniciativas. Então, o desenvolvimento da indústria foi de certa forma, tardio em relação a outros países, tendo uma visibilidade mais expressiva somente por volta da década de 1970.

Notas Acerca do Desenvolvimento Econômico e Regional: O Caso da Região Alentejo

A Região Alentejo é constituída de 263 km de costa e uma população de 748.699 habitantes (362.261 são homens e 386.438 são mulheres), equivalente a uma densidade populacional de 23,7 hab/km^2 (AERA, 2013). A mesma divide-se em cinco Sub-regiões (NUT III, conforme já apresentado na figura 2): o Alentejo Litoral, o Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo. Dentre as Sub-regiões tem destaque o Baixo Alentejo como a maior em extensão territorial (8.542,72 km^2). Segundo Girão (1930, p. 50) o Alentejo é uma "região onde se percorrem às vezes muitas léguas sem encontrar um povoado, por intermináveis montados[7] de sôbro e azinho, onde o solitário monte[8], a malta de trabalhadores ou o pastor demostram os únicos sinais da ocupação do solo pelo homem".

O Alentejo vem mostrando que seu potencial endógeno é capaz de dinamizar a região de forma a desenvolvê-la, mediante investimentos em determinadas áreas, indicando que "a dinamização das zonas periféricas torna-se assim num elemento essencial de desenvolvimento regional, mas também de desenvolvimento urbano" (CARMO, 2006, p. 71). A região é uma das

[7] Conjunto heterogêneo de sistemas de produção florestal não lenhosa assente na exploração de sobreiro ou a azinheira, de modo conjugado com uma utilização não intensiva do solo com propósito agrícola, pecuário ou cinegético, conforme aponta o site: https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/10116/1/Livro%20Verde%20dos%20Montados_Versao%20online%20%202013.pdf

[8] Na região Alentejo, em sua grande extensão territorial, é visível o tradicional monte alentejano que segundo Mascarenhas [et al.] (2016) pode ser considerado como um tipo de habitat constituído, pelo menos até fins dos anos de 1970, por estruturas arquitetônicas e muitas vezes possuindo patrimônio inigualável. É possível ainda apontar que "desde finais do século XVIII e ao longo do século XIX, emergiu o monte alentejano. Aproveitando primeiro o boom do preço da cortiça nos mercados internacionais, mas articulado também a produção de cortiça com as culturas cerealíferas de sequeiro e continuando com a tradicional criação de gado, foram-se definindo o perfil do que, ainda em grande parte, é a estrutura predominante da paisagem alentejana: o montado, em regra encabeçado pelo referido monte" (MASCARENHAS [et al.], 2016, p. 4).

mais importantes áreas agrícolas do País – "o sequeiro intensivo nos Barros de Beja, o regadio e hortofloricultura na Lezíria do Tejo e Litoral Alentejano, os montados de sobro e azinho, entre outros" (PPORA, 2007, p. 13) – caracterizada pelo clima quente e elevada secura, com inverno em sua maioria frio e chuvas abundantes, reflexo das características físicas de Portugal.

A presença de recursos naturais não é suficiente para ter uma economia mais diversificada e dinâmica. Atrelado a esses recursos é necessária melhor organização e gestão de estratégias para colocar o Sul Interior nas vias do desenvolvimento. Guiando-se pelas ideias de Rangel (1990, p. 25), um ponto importante para o desenvolvimento é a divisão social do trabalho, uma vez que "é condição para que a sociedade em seu conjunto aumente seu poder sobre a natureza, para obriga-la a fornecer os meios de satisfação das necessidades humanas".

O Alentejo apresenta áreas "naturais" contínuas que ficam às margens dos avanços e inovações deste limiar de século XXI, esperando investimentos direcionados as especificidades da região, atrelados aos sistemas técnicos, científicos e informacionais. Mamigonian (2004) aponta a importância da transferência de tecnologia como chave mestra ao desenvolvimento econômico, onde "o ritmo deste desenvolvimento vai depender então, da rapidez e do modo como se processa a transferência de força de trabalho da economia natural para a economia de mercado" (RANGEL, 1990, p. 102). Então, é preciso superar os problemas enfrentados pela região para alcançar patamares de território atrativo para trabalho, lazer e diversos tipos de serviços, tanto urbanos como rurais. Desta forma, pensar no papel da intervenção governamental é essencial: de um lado têm-se razões de caráter social, ou seja, condições de emprego regional; de outro lado às posições político-estratégicas, que são as ocupações de regiões de fronteiras ou de vazios demográficos (KON, 1994). Assim, a região passa a ser inserida numa dinâmica econômica voltada para o uso das suas potencialidades em seu conjunto, atentando para uma diversidade vista através da cultura, gastronomia, economia, e de suas paisagens.

Uma nova política pública acompanhada de maiores investimentos em sistemas modernos de inovações atrelados aos recursos tradicionais da região será capaz de fixar a população existente, e atrair força de trabalho para o mercado, resultando, assim, em desenvolvimento e competitividade a nível nacional e internacional. Lencioni (2015) mostra que é preciso desenvolver políticas de incentivo à indústria e incentivar o desenvolvimento da ciência

e tecnologia e, consequentemente, aumentar a inovação e desenvolver processos e produtos de maior conteúdo tecnológico, ampliando assim, a competividade no mercado internacional.

Dentre as infraestruturas e empreendimentos com potenciais disponíveis e investimentos governamentais diretos, tem-se: o Porto de Sines (construído em 1978), importante na entrada e saída de cargas da Europa; a barragem do Alqueva situada no interior do Alentejo no rio Guadiana –, que se configura "como um pólo de crescimento, dotado de investimento público, para potenciar o crescimento regional, e que dá azo [oportunidade] ao investimento privado para o desenvolvimento de um pólo mais adequado" (SILVA, 2011, p. 295); por fim, embora não menos importante, o Aeroporto de Beja, que favorece a circulação e impulsiona a economia voltada para o turismo, com "captação de actividades económicas, criação de emprego e ganhos de acessibilidade e de competitividade para as empresas" (FREITAS; SOUZA, 2011, p. 397). Pensando na implantação deste aeroporto, as relações territoriais da região com as demais e o exterior viriam a se intensificar. Entretanto, a circulação encontra-se aquém do que era esperada para uma região dotada de características naturais excelentes.

A partir desses elementos a dinamicidade começa a surgir e poderá ser fortalecida nas décadas que estão por vir, pela particularidade de um território preservado e localizado estrategicamente, com herança histórica bastante rica, desde forte identidade cultural, suas construções, até sua gastronomia[9], onde para Vale (1991, p. 378) "os focos no Alentejo estão, na maior parte dos casos, associados ao ramo alimentar, resultantes da transformação de produtos agrícolas". Neste viés, a região apresenta-se com vitalidade econômica e futuro promissor, permitindo que se tenham iniciativas voltadas para a comercialização dos diversos produtos regionais, fortalecendo o seu crescimento econômico, tendo na figura do alentejano, firmeza e determinação, como apontou José Sócrates à revista Ovibeja (2008).

Guiando-se pela heterogeneidade presente na região e a busca para uma maior dinamização socioeconômica no interior, os investimentos públicos e/ou privados tornam-se essenciais à atração de empresas e atividades que criem oportunidades diretas nas relações

[9] Em relação à riqueza gastronômica, destacam-se os queijos de cabra e ovelha, presuntos e enchidos (os de porco preto de Barrancos) e o pão de trigo (que dá sabor aos deliciosos pratos alentejanos, como as migas). Os doces e os vinhos, por sua vez, se destacam, a exemplo das zonas de Moura e Vidigueira. Segundo Gama e Santos (2011), o atrativo para consumir o produto remete a conhecer os lugares, entender o saber/fazer e a cultura que está por detrás do produto gastronômico.

econômicas, já que "a estrutura empresarial do Alentejo é caracterizada, genericamente, pela existência de empresas de reduzida dimensão" (PPORA, 2007, p. 25). Neste caminhar, entende-se, conforme apresenta Kon (1994, p. 163), que em certas regiões consideradas como atrasadas "a política governamental pode recorrer a incentivos fiscais (isenções ou diminuição de impostos e taxas), subsídios, cessão de terrenos ou ainda a facilidade de acesso ao crédito como fatores de atração do capital privado, no sentido de contrabalançarem as deficiências regionais".

A economia alentejana esteve marcada fundamentalmente pela atividade agricultura, ocupando papel de destaque desde os princípios do século XX com a cultura cerealífera. Com o passar das décadas houve uma conversão graças, sobretudo, ao regadio, prevalecendo dessa vez o olival, com extensos campos e um aumento exponencial da produção de azeite[10], graças à modernidade técnico-científica que passa a ser agregada às tradicionais formas de cultivo, mostrando que a difusão da agricultura científica explica, em parte, a expansão do atual meio geográfico no espaço agrário (ELIAS, 2005).

O Distrito de Beja é grande produtor dessa matéria-prima, produzindo azeite de excelente qualidade, contribuindo para a consolidação de grandes empresas com negócios estruturados a nível nacional. Paralelamente a este tipo de atividade é preciso investir em outras culturas, por exemplo, na fruticultura e na horticultura – como é possível ver em outros países como, por exemplo, no Nordeste do Brasil (ANDRADE, 1998; ARAÚJO, 1997) –, favorecendo maior uso de mão de obra, envolvendo agentes locais e resultando num assentamento da população nos centros urbanos e rurais, visto que, as políticas públicas desenvolvidas pelo poder central têm privilegiado as áreas mais habitadas, criando concentração em algumas cidades litorâneas e despovoamento no interior, revelando um dos problemas enfrentados pela região. Assim, parafraseando Kon (1994, p. 174), em relação às áreas mais dotadas de recursos naturais, vê-se que elas "ocupam geograficamente uma posição privilegiada (litoral, boa acessibilidade ao porto etc.), ou mesmo as que historicamente foram pioneiras no desenvolvimento de um povoamento, encontram-se com vantagens comparativas em relação às demais regiões".

[10] Depois da transformação da azeitona para o azeite através dos lagares (onde se esmaga a azeitona), o próprio produtor com sua marca pode fazer a comercialização ou vender a outras empresas que rotulam com suas próprias marcas.

Desta forma, é preciso de políticas voltadas para fixação da população, uma vez que, a região tem tido problemas de segurar seu povo, diante de uma indústria incipiente, ausência de atividades voltadas para a cortiça, os portos de pescados do litoral alentejano são fracos, com exceção do Porto de Sines etc. Assim, com poucos incentivos locais em certos Concelhos, inevitavelmente, tem-se o acompanhamento do declínio populacional, exceção de Beja, cuja recuperação demográfica, a partir dos anos de 1990 até o presente é atribuída a sua centralidade.

Então, discutindo a relação da demografia com as atividades econômicas na região percebe-se um maior deslocamento da população alentejana para outras regiões, em virtude de um aumento no grau de mecanização das explorações agrícolas, por exemplo. Esse deslocamento do meio agrícola dá-se em paralelo a uma atração advinda do surgimento de empregos na indústria e serviços que começaram a atrair contingentes populacionais para algumas cidades grandes, a exemplo de Lisboa. Tal realidade mostrou o descompasso entre o crescimento urbano do interior e a ruptura que houve no setor rural. Estas são algumas das características contrárias as da primeira metade do século XX, quando se teve um aumento populacional devido às políticas nacionais que se refletiam no local e na sua capacidade regional, relacionada com a produção de cereal. Assim, "até 1950 verifica-se um aumento contínuo da população residente e da população agrícola do Alentejo; a partir dos anos 50 não só se inverte esta tendência, como ocorre uma diminuição estrutural da população residente e agrícola" (CARMO, 2007, p. 822).

Apesar dos diversos problemas encontrados, a região apresenta características fortes para reverter esse quadro: a identidade de um povo trabalhador; um potencial natural e humano riquíssimo; infraestruturas tais como aeroportuária, modernização agrícola, turismo rural e cultural; o Instituto Politécnico de Beja; e a própria barragem do Alqueva, inserindo alguns Concelhos do Baixo Alentejo nesse espaço.

Assim, o Alentejo tem apresentado nos últimos anos "uma evolução da actividade económica reveladora da importância que o sector terciário passou a assumir no quadro da economia regional, relegando a agricultura para um plano inferior no conjunto dos três principais sectores de actividade" (PPORA, 2007, p. 18). Nota-se que essa característica é refletida nas sub-regiões, nos Concelhos e quiçá nas freguesias, tendo na expansão dos serviços o principal cenário para o seu desenvolvimento econômico, mesmo com saldos positivos no que diz respeito

às dinâmicas voltadas para a atividade industrial e agrícola. Por fim, vale frisar a necessidade de uma maior competitividade, atratividade e um uso mais diversificado dos recursos, de forma a projetar e potencializar suas atividades e afirmá-la como região economicamente desenvolvida.

Concelho de Beja: Centro Dinâmico na Sub-Região Baixo Alentejo

O Baixo Alentejo é marcado por forte patrimônio histórico-cultural e natural; atividades econômicas de grande destaque tanto a nível nacional como internacional: produção de vinho e azeite, cortiça, cachaça derivada do medronho, mel, diversos tipos de queijos, enchidos, pães e fiambres; o turismo que está ganhando espaço; energia solar etc.[11]

No que se refere à gastronomia, vários são os produtos e ingredientes que integram a diversidade culinária do Alentejo, em especial do Baixo Alentejo. O pão, o azeite e ervas fazem parte integrante de sua cozinha, o porco e o borrego são tradicionalmente as carnes base, cite-se, por exemplo, as migas, um dos pratos típicos da região. Dentre os doces destacam-se os pasteis de toucinho e de gila, sericai, pão de rala entre outros que fazem parte da confeitaria, com cada localidade possuindo suas particularidades. Outros pontos relevantes são as feiras, que mesmo com as modernizações por quais vem passando, ainda são espaços de convívio e comércio, com destaque para as feiras temáticas; o artesanato feito a partir da cortiça, do barro, da madeira, da lã e outros materiais que são transformados e refletem a cultura de um povo, mantendo viva sua história e sua memória; as festas religiosas e o próprio Cante Alentejano, patrimônio histórico imaterial da humanidade, que integram toda riqueza cultural de um povo milenar.

O Concelho de Beja ocupa uma área de 1.138,75 km^2, com uma população de 35.319 habitantes e densidade demográfica de 30,8 hab/km^2 (AERA, 2013). Sua acessibilidade é distribuída da seguinte forma: IP2 (Itinerário Principal – eixo Norte/Sul) e IP8 (Itinerário

[11] Mediante essa rica diversidade encontrada na região alentejana alguns projetos passaram a ser financiados (não somente pelo governo português como também pelo Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional/FEDER – União Europeia/EU) para o desenvolvimento da região, conforme aponta o site https://www.visitalentejo.pt/pt/ Sendo assim, podem-se destacar os seguintes projetos: 1) Diferenciar e Fortalecer a Competitividade do Alentejo como um Destino Turístico; 2) Certificação do Setor Turístico do Alentejo e do Ribatejo - Qualificação do Destino - Subsetor do Alojamento; 3) Promoção e internacionalização dos equipamentos e recursos culturais de Évora e do Alentejo; 4) Qualificação do Pão Alentejano. Ambas com o objetivo de reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas. Para além destas têm-se: 5) Dinamização do Turismo de Natureza - Alargamento e Consolidação do Produto "Walking"; 6) Ativação, Animação e Dinamização do Património Cultural Imaterial do Alentejo e do Ribatejo; 7) Valorização, promoção e desenvolvimento do património histórico e cultural de Évora e da região envolvente; 8) Programa de Desenvolvimento das Marcas Alentejo e Ribatejo. Estas quatro últimas com o objetivo de proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.

Principal – eixo Oeste/Este); a 50 km tem a estrada que liga Lisboa/Algarve; linha ferroviária do sul; e pista de aterragem. Beja, a Rainha da Planície, já foi conhecida como *celeiro da nação*, justamente porque tinha grande produção de trigo. Situa-se no centro da região, com povoação datada de antes mesmo da presença romana. Relatos históricos e registros arqueológicos mostram vestígios da presença humana por estas terras, dando os primeiros sinais de ocupação, séculos antes de Cristo. Pax Julia foi o nome recebido quando da chegada das legiões romanas por volta do 3º e 2º século antes de Cristo, passando a ter o nome atual mediante a presença árabe, por volta do século VIII, os quais também influenciaram na diversidade que se encontra em Beja. Entre idas e vindas somente em meados do século XVI que de fato Beja é elevada a categoria de cidade, mais ou menos quatro séculos depois da sua reconquista pelos cristãos.

A economia de Beja possui indicadores de destaques, sobressaindo os serviços e o comércio (os serviços é o ramo de atividade que mais emprega, destacando o setor público), ou como mostra Gaspar (1994, p. 5) "o comércio e serviços são os sectores de atividade que apresentam maior dinamismo em termos de mobilização de emprego", tornando-a principal centro de toda a Sub-região. Conforme Corrêa (1996, p. 51), "considera-se que a cidade central 'serve' à sua área de mercado, sendo vista mesmo como fator de desenvolvimento e idealizam-se novos arranjos estruturais e espaciais [...]". Destarte, percebe-se que "é através da cidade que a região se relaciona comercialmente com outras regiões. À semelhança do comércio interno, o comércio inter-regional é um importante motor do crescimento urbano" (POLÈSE, 1998, p. 75).

No comércio de Beja, os principais estabelecimentos são os supermercados, destacando as quatro grandes cadeias presentes na cidade. Conforme apresenta a imagem 1, é possível ver as redes nacionais de supermercados, Pingo Doce e Continente. Em paralelo têm-se as redes com capital internacional francês e alemão, Intermaché e Lidl, respectivamente. É possível também identificar no comércio, estabelecimentos que surgiram a partir do capital local e, que comercializam produtos regionais e locais, destacando a Mercearia Veríssimo, que se mantem forte no comércio, mesmo com as grandes redes que se instalam no território de Beja. Ela chama atenção pela venda de produtos de produção própria: a carne, as frutas e legumes, vistos a partir da imagem 2; a especialização em serviços como a entrega de compras; o uso de novas

tecnologia (máquina de cartão) atrelado a formas tradicionais de compra e venda (o fiado)[12]. Essa forma de compra e venda é muito utilizada, principalmente, nas feiras, não somente em Portugal como em diversos países, a exemplo das feiras no Nordeste brasileiro (FIRMINO, 2015), mostrando a entrada de formas modernas no comércio tradicional de feira.

Imagem 1: Pingo Doce e Continente - Cadeias Nacionais de Supermercados - Concelho de Beja.

Fonte: Arquivo particular do autor. FIRMINO, P. C. S. Ano: 2014

Imagem 2: Mercearia Veríssimo – Produção própria.

Fonte: Arquivo particular do autor. FIRMINO, P. C. S. Ano: 2014

[12] Essas formas de comercialização remete ao entendimento dos circuitos da economia urbana propostos por Santos ([1979] 2008), o Circuito Superior e Inferior da economia.

Trilhando por este caminho, pode-se dizer que o comércio começou a fixar raízes através das feiras e sua evolução, surgindo diversos comerciantes, bem como influenciando a formação de alguns povoados que posteriormente tornaram-se cidades, muitas vezes com influência sobre grande área ao seu redor. Assim, as feiras podem ser consideradas uma manifestação das mais antigas formas de comercialização que envolve o ser humano, seja em relação ao ato de compra e venda de determinado produto, seja em relação às trocas, ou mesmo em relação à identidade cultural de um determinado povo. Logo, "é preciso olhar para a feira e para seus feirantes como também sendo membros da ordem mundial contemporânea e não apenas como representações folclóricas [...]" (SÁ, 2011, p. 33). Hoje, as feiras modernizam-se de tal maneira que se destacam internacionalmente, por exemplo, a Ovibeja. Para além desta existem outras feiras anuais na região, como a feira do montado em Portel, a feira do medronho (fruto que permite fazer bebida alcoólica) em Almodovar, feira do pão e do mel em Mertóla, feira do artesanato em Moura.

Pensar nas feiras em Portugal é pensar na evolução da urbanização e de suas características culturais ou mesmo socioeconômicas. É levar em consideração que, apesar de perderem, parcialmente, suas características tradicionais tornaram-se feiras temáticas (quadro 1), feiras de amostras, cheias de dotes turísticos, mas não deixando de ser uma festa nos locais habituais, neste caso particular, uma festa para o Alentejo. De acordo com Azevedo (2011, p. 132), elas "estão a contribuir para a criação de uma nova inteligência colectiva, divulgando produções, costumes e dialectos, [...] funcionando como manifestação da cultura popular, de promoção e divulgação do artesanato, gastronomia, folclore e produtos locais de qualidade".

Quadro 1: Região Alentejo – Feiras Temáticas em Beja

FEIRA	MÊS	TIPO
Encontro de Química dos Alimentos	Março	Agro-alimentar
Ovibeja	Maio	Agricultura, Pecuária e Outras Actividades Económicas
RURALBEJA	Outubro	Agricultura, Horticultura, Silvicultura e Apicultura
Fertur	Outubro	Turismo

Fonte:http://www.bejadigital.biz/pt/conteudos/territorial/caracterizacao+do+distrito/Concelho+de+Beja/ Acessado segunda-feira, 17 de novembro de 2014, 22:43:02. Org. FIRMINO, P. C. S.

A Ovibeja, nascida em 1984, é hoje uma das mais importantes feiras do País e o maior acontecimento a nível regional nesse setor, reforçando os valores da região e da vida rural, com sua gênese atrelada ao papel da agricultura, com exposição de ovinos e caprinos, na conhecida

Feira da Primavera, servindo de espaço para discutir as diretrizes relacionadas com políticas rurais e agrícolas. É organizada pela Associação de Agricultores do Sul – ACOS, aumentado a área de atuação a cada ano, mostrando que "as feiras temáticas, numa região como esta, são instrumentos através dos quais a identidade se revela um recurso para o desenvolvimento dos territórios" (AZEVEDO, 2011, p. 139).

A Ovibeja destaca-se como centro de negócios impulsionando a dinâmica de Beja e região. Essa feira é uma tradição respeitada (hoje está estreitamente ligada à inovação) e importante no desenvolvimento econômico do Alentejo, constituindo-se segundo Silva (2008, p. 5) num "marco histórico e certamente um motivo de orgulho para todos aqueles que, com sacrifício, trabalho e dedicação, conseguiram transformar uma feira agrícola regional num grande evento rural, de expressão nacional e de grande adesão popular".

O setor industrial, como atividade econômica de Beja, está voltado basicamente a agroalimentar, com poucos setores ligados a manutenção de máquinas agrícolas, automóveis e pequenos reparos, refletindo na sua baixa industrialização[13]. Paralelo ao fraco setor industrial, Beja possui uma gama de micro e pequenas empresas, que de acordo com o AERA, em 2013 estavam presentes em seu território 3.928 empresas, das quais 3.927 tinham entre zero e 249 empregados, e somente uma possuía 250 ou mais. Em Beja a proporção de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço perfazia 96,8% do total (AERA, 2013, p. 209).

A economia de Beja não depende predominantemente da indústria, e sim de setores como o comércio e serviço, e, claro, da própria agricultura, reflexo de um Alentejo rico e diverso em relação ao potencial agrícola. Aponta-se também, como recurso de grande potencial para o desenvolvimento, o turismo, atividade relativamente recente, ligando-se a atrativos culturais, históricos, gastronômicos, bem como com o meio ambiente, tendo no interior um destino assentado no calor humano, no afeto, no contato. Para dar maior dinamismo e desenvolvimento econômico e regional, "há que avaliar igualmente a capacidade de organização e iniciativa, o

[13] A partir dos escritos de Kon (1994, p. 174) a respeito do desenvolvimento industrial, vê-se que "as áreas mais dotadas de recursos naturais, ou que ocupam geograficamente uma posição privilegiada (litoral, boa acessibilidade ao porto etc.), ou mesmo as que historicamente foram pioneiras no desenvolvimento de um povoamento, encontram-se com vantagens comparativas em relação às demais regiões, para um processo de desenvolvimento industrial".

empenhamento no progresso da própria terra, a convergência ou os conflitos de interesses entre os vários agentes e entidades locais/regionais envolvidos, etc." (GASPAR, 1994, p. 29).

Portanto, deve-se salientar que cidades localizadas no interior, por exemplo, Beja, estão dando sinais de crescimento e dinamismo, mesmo que seja de forma lenta e em alguns setores específicos, o que vem contrariar algumas interpretações de um Alentejo estagnado e periférico. Isso pode ser visto, por exemplo, mediante o setor do turismo rural, - que vem crescendo na região – e o setor de serviços, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e para a construção de uma nova visão acerca da Região.

Algumas Conclusões

No Alentejo, o predomínio da grande propriedade é uma das características principais, juntamente com a baixa densidade demográfica e o uso não diversificado da terra, predominado a monocultura do olival e da vinha. Paralelamente, vem apresentando uma maior diversificação dos setores do comércio, dos serviços e da atividade agrícola.

Destarte, foi possível constatar uma centralidade e um dinamismo em Beja, reflexo, por exemplo, não apenas de uma agroindústria alimentar, mas também das novas culturas fortalecidas com o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, ultrapassando os limites locais. Conta ainda com uma concentração de serviços, expressividade para o setor público, um comércio que vem demostrando força pela variedade apresentada, tendo nas feiras, eventos com expressividade marcante na cidade. Apesar disso, é necessária uma modernização em relação a segmentos específicos dos serviços, a exemplo "de serviços financeiros, actividades imobiliárias, serviços às empresas e telecomunicações" (PNPOT, 2007, p. 63).

Por fim, cabe fazer referência a atividade industrial, que aponta para o surgimento de uma indústria local em paralelo as atividades voltadas para serviços e comércio. Em sua maioria são iniciativas que possuem uma mão de obra quase sempre familiar, - em torno de 10 empregados por empresa -, técnicas artesanais e matérias-primas advindas das proximidades. Em Beja, a dimensão da atividade industrial no geral é pequena, pouco representativa (destacando os ramos da carpintaria, alimentar etc.), salvo exceção as indústrias do azeite e do vinho predominantes na região. Neste sentido, continua atual o entendimento de Gaspar (1994, p. 34) quando apontou

naquela ocasião que, "o perfil empresarial é caracterizado pela pequena indústria e por um grande número de empresas do tipo familiar, frequentemente de carácter artesanal".

Conclui-se, portanto que o Distrito de Beja é responsável pela dinâmica presente na sua Sub-região, que a coloca numa posição de centralidade, reflexo de uma concentração de serviços e comércio para os padrões da região em questão.

Referências

AERA – **Anuário Estatístico da Região Alentejo 2012**. Instituto Nacional de Estatística/INE. Estatísticas Oficiais, Edições 2013, Lisboa, 2013. ISSN 0872-50632012.

ALEGRIA, M. F. [et al]. Norte/Sul e Litoral/Interior: duas divisões dicotómicas de Portugal Continental. In. **Revista Finisterra.** Lisboa, XXV, nº 49, p. 5-56, 1990.

ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ARAÚJO, T. B. de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Dossiê Nordeste I**. Estudos Avançados 11 (29), 1997.

AZEVEDO, N. O Despertar do "País Sonolento": contributo das feiras de produtos locais para um projecto de desenvolvimento territorial. In. CUNHA, L.; SANTOS, N.(Orgs.), **Trunfos de Uma Geografia Ativa: desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia**. Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 131-139, 2011.

BARRETO, R. Centralidades Urbanas – tempos e processos no Noroeste de Portugal a área central de Viana do Castelo. In. CUNHA, L.; SANTOS, N.(Orgs.), **Trunfos de Uma Geografia Ativa: desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia**. Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 709-716, 2011.

BRAUDEL. F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII.** São Paulo: Martins Fontes, Tradução: Telma Costa, 1998.

CARMO, R. M. E. do. **Alentejo:** entre a urbanização e a marginalização. Tese de doutoramento em Ciências Sociais (Sociologia Geral) – Dr. João Ferrão (Orientador). Instituto de Ciências Sociais – Lisboa: Universidade de Lisboa (UL), 2005.

_____. Cidades Médias: do crescimento demográfico à consolidação territorial. **Cidades – Comunidades e Territórios**. Lisboa, V. 12/13, p. 69-82, 2006.

_____. As desigualdades sociais nos capôs: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX. In. **Anuário Social.** Lisboa, vol. XLII (184), pp. 811-835, 2007.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: editora Paz e Terra, 4ª ed., 2000.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica Regional e Globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 9, n 18. p. 17-26, jan/abr. 2010.

CLAUDINO, S. Portugal Peninsular e os Desafios Regionais. In. **Revista Finisterra.** Lisboa, XLI, nº 81, p. 105-120, 2006.

CORRÊA, R. L. Repensando a teoria dos lugares centrais. In: SANTOS, M. (Coord.). **Novos rumos da Geografia Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

ELIAS, D. Reestruturação Produtiva da Agropecuária e Novas Dinâmicas Territoriais: a cidade do campo. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10. São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, p.4475–4487, 2005.

FICHA SÍNTESE DE DADOS ESTATÍSTICOS (NUTS II). **Região Alentejo – Ficha 2013.** Direção Geral das Atividades Econômicas, Lisboa, 2014.

FIRMINO, P. C. S. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE – a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 306 f.

FREITAS, J.; SOUZA, J. F. de. Análise das Potencialidades do Projecto Aeroportuário de Beja no Desenvolvimento do Baixo Alentejo. In. CUNHA, L.; SANTOS, N.(Orgs.), **Trunfos de Uma Geografia Ativa: desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia**. Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 397-403, 2011.

GAMA, A; SANTOS, N. P. dos. As tradições do pão, territórios e desenvolvimento. In. CUNHA, L.; SANTOS, N.(Orgs.), **Trunfos de Uma Geografia Ativa: desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia**. Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 273-282, 2011.

GASPAR, J. **As Regiões Portuguesas**. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Regional, Lisboa, 1993.

_____. **Desenvolvimento Regional: Beja**. GASPAR, J. (Coord). Avaliação Ex-Post do 1º Quadro Comunitário de Apoio 1989-93, Lisboa, 1994.

GIRÃO, A. de A. **Esboço Duma Carta Regional de Portugal**. Coimbra: Coimbra Editora, LDA, 1930.

https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/10116/1/Livro%20Verde%20dos%20Montados_Versao%20online%20%202013.pdf

http://europa.eu/about-eu/countries/index_pt.htm

http://www.bejadigital.biz/pt/conteudos/territorial/caracterizacao+do+distrito/Concelho+de+Beja/acessado segunda-feira, 17 de novembro de 2014, 22:43:02.

https://www.pordata.pt/Europa/Produto+Interno+Bruto+(Euro)-1786

https://www.visitalentejo.pt/pt/

KOM, A. **Economia industrial**. Ed. Nobel, 1994. 212p.

LENCIONI, S. Estado de São Paulo: lugar de concentração da inovação e da intensidade tecnológica da indústria brasileira. In. SPOSITO, E. S. (org). **O Novo Mapa da Indústria no Início do Século XXI – diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais do estado de São Paulo**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Unesp Digital, p. 13-34, 2015.

MAMIGONIAN, A. Tecnologia e Desenvolvimento Desigual no Centro do Sistema Capitalista. In. **Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico**. Livre Docência apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP. São Paulo, p. 78-87, 2004, vol. 1.

MASCARENHAS [et al.]. O Monte Alentejano na Encruzilhada do Tempo. In. **VIII Congresso Português de Sociologia** – 40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas. 2016. Acesso: https://www.researchgate.net/publication/282869281

MEDEIROS, C. A. Portugal: esboço breve de Geografia Humana. **Revista e ampliada**. Lisboa: Prelo, Nº 2, 1978.

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. **Relatório**. Lisboa, 2007.

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. **Alteração – Diagnóstico para Discussão Pública.** Lisboa, 2018.

POLÈSE, M. **Economia Urbana e Regional: lógica espacial das transformações económicas.** Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional/APDR, Nº 1, 1998.

POCHMANN, M – **O Emprego na Globalização –** A nova divisão internacional do Trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

PPORA – **Proposta de Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013**. Portugal, 2007.

RANGEL, I. **Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** Bienal, 2ª ed. 1990.

RIBEIRO, O. **Ensaios e Geografia Humana e Regional I**. Volume Primeiro. Lisboa: Livraria Sã da Costa Editora, Nº 1, 1970.

SÁ, M. **Feirantes**: quem são e como administram seus negócios. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2011. 269p.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP, 2º ed., [1979] 2008.

_____. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP, 174p., [1994] 2008.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP, 4ª ed., 4. reimpr. [1996] 2008.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 16ª ed. 2008. 174p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 475p.

SILVA, A. C. Ovibeja, onde a tradição se alia à inovação. In. **Revista Ouvibeja**, Associação de Criadores de Ovinos do Sul – Ouvibeja 25 anos. ISSN 0805356. Trimestral, Ano XXI, Abr/Maio/Jun, p. 05, 2008.

SILVA, S. O Contributo dos Impactos Económicos do Parque Alqueva no Desenvolvimento Local de Reguengos de Monsaraz. In. CUNHA, L.; SANTOS, N. (Orgs.), **Trunfos de Uma Geografia Ativa: desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia**. Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 293-301, 2011.

SÓCRATES, J. O Associativismo é um elemento decisivo na política de desenvolvimento econômico regional. In. **Revista Ovibeja**, Associação de Criadores de Ovinos do Sul – Ouvibeja 25 anos. ISSN 0805356. Trimestral, Ano XXI, Abr/Maio/Jun, p. 06, 2008.

VALE, M. Pequenas Empresas e Desenvolvimento Territorial: estruturas produtivas, medidas de apoio à indústria e intervenção dos municípios. In. **Revista Finisterra.** Lisboa, XXVI, nº 52, p. 361-395, 1991.

VENTURA, J. E; ROXO, M. J. A mudança do uso do solo pós Alqueva e os novos desafios ambientais: o caso do olival. In. CUNHA, L.; SANTOS, N. (Orgs.), **Trunfos de Uma Geografia Ativa: desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia**. Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 853-860, 2011.

VITORINO, N. Observatório do Quadro Comunitário de Apoio. VITORINO, N. (Coord). **Avaliação Ex-Post do 1º Quadro Comunitário de Apoio 1989-93**. Lisboa: Relatório de Síntese, 1996.